

**LETRAMENTO DIGITAL E OS DESAFIOS SOCIOCULTURAIS DE MARISQUEIRAS E
PESCADORAS DA COSTA DOS CORAIS, ALAGOAS**

***DIGITAL LITERACY AND THE SOCIOCULTURAL CHALLENGES FACED BY SHELLFISH
GATHERERS AND FISHERWOMEN IN THE CORAL COAST REGION, ALAGOAS***

Rossana Coely de Oliveira Moura – Instituto Anjos Digitais (IAD),
rcomoura@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-3814-3432>

João Victor da Silva – Universidade Federal de Alagoas (UFAL),
Joao.silva1@ichca.ufal.br, <https://orcid.org/0009-0006-3142-9856>

Francisca Rosaline Leite Mota – Universidade Federal de Alagoas (UFAL),
francisca.mota@ichca.ufal.br, <https://orcid.org/0000-0002-7283-0770>

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo analisa os impactos do letramento digital na vida de mulheres marisqueiras e pescadoras dos municípios de Porto de Pedras e Barra de Santo Antônio, situados na região da Costa dos Corais, em Alagoas. A pesquisa possui abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em observações de campo e escuta de relatos orais, permitindo analisar como a exclusão digital, aliada a fatores sociais, econômicos e culturais, afeta o cotidiano dessas mulheres. A partir da escuta sensível e da análise em quatro eixos, digital, social, econômico e cultural, observou-se que o letramento digital, quando contextualizado e conectado aos saberes locais, pode se constituir como ferramenta de resistência, autonomia e justiça informacional. O estudo evidencia a necessidade de políticas públicas mais sensíveis à realidade dos territórios tradicionais, reconhecendo essas mulheres como agentes de conhecimento, cuidado e sustentabilidade.

Palavras-chave: Letramento digital; Exclusão sociocultural; Inclusão informacional.

Abstract: This article analyzes the impacts of digital literacy on the lives of shellfish gatherers and fisherwomen from the municipalities of Porto de Pedras and Barra de Santo Antônio, located in the Costa dos Corais region, in Alagoas, Brazil. The research adopts a qualitative and exploratory approach, based on field observations and oral narratives, enabling an analysis of how digital exclusion, alongside social, economic, and cultural factors, affects the daily lives of these women. Through a sensitive listening process and analysis organized around four axes, digital, social, economic, and cultural, it was observed that digital literacy, when contextualized and connected to local knowledge, can become a tool for resistance, autonomy, and informational justice. The study highlights the urgent need for public policies that are more attuned to the realities of traditional territories, recognizing these women as agents of knowledge, care, and sustainability.

Keywords: Digital literacy; Sociocultural exclusion; Informational inclusion.

1 INTRODUÇÃO

No litoral norte do estado de Alagoas, entre o cheiro do mar, estuários e recifes de

corais, vivem mulheres que sustentam não apenas suas famílias, mas também tradições ancestrais por meio da pesca artesanal e da mariscagem. Neste sentido, o trabalho das mulheres marisqueiras e pescadoras representa mais do que uma fonte de subsistência: constitui um patrimônio imaterial e social que resiste à invisibilidade que as acometem e às transformações digitais.

Essas mulheres residem em comunidades costeiras localizadas nos municípios de Porto de Pedras e Barra de Santo Antônio, que embora inseridas em uma ampla região de grande riqueza ecológica, que é a Costa dos Corais, uma das maiores unidades de conservação marinha do Brasil, enfrentam limitações no acesso à informação, à educação tecnológica e às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local.

Nesse contexto de limitação, o letramento digital emerge como um elemento central para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania. De acordo com Boeres e Boeres (2018), o letramento digital está diretamente associado ao pensamento crítico e ao desenvolvimento de competências que vão além do simples uso técnico das tecnologias, envolvendo a capacidade de acessar, compreender e selecionar as informações que recebem digitalmente. Neste sentido, os novos meios de suporte impulsionam não apenas para a transformação digital, mas também para novas formas de leitura, escrita e desenvolvimento de conhecimento.

Em Porto de Pedras e Barra de Santo Antônio, municípios que integram a Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa dos Corais, observa-se a presença feminina nas práticas de mariscagem e pesca artesanal. Em Alagoas existem cerca de 20.643 pescadores, sendo 58% mulheres, aproximadamente 12 mil mulheres, o que representa cerca de 1% da população feminina estadual, de acordo com o Ministério da Pesca e Agricultura, segundo o Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira (2023). Essas mulheres muitas vezes desempenham múltiplas funções sociais: são provedoras, cuidadoras e detentoras de saberes tradicionais.

A partir de observações em campo e da escuta de relatos colhidos diretamente nessas comunidades, este estudo busca analisar de que forma a ausência de políticas públicas e a exclusão digital impactam a vida dessas mulheres. Nesse contexto, formula-se a seguinte pergunta de pesquisa: como o letramento digital pode contribuir para a transformação das condições de vida das mulheres marisqueiras e pescadoras da Costa dos

Corais, diante dos desafios de exclusão social e tecnológica?

Nesta perspectiva, busca-se analisar os impactos do letramento digital na vida das mulheres marisqueiras e pescadoras de Porto de Pedras e Barra de Santo Antônio, articulando a análise em quatro eixos fundamentais: digital, social, econômico e cultural.

O interesse por essa temática emergiu de uma visita a estes municípios, no contexto de uma ação promovida pelo Instituto Anjos Digitais em parceria com a Universidade Federal de Alagoas. A familiaridade prévia com a região possibilitou uma escuta mais atenta e reflexiva das realidades vivenciadas. Como evidenciam Batista e Matos (2021), o conhecimento ecológico local dos pescadores artesanais representa uma estratégia eficaz de gestão e manejo dos recursos hídricos, integrando saberes tradicionais com a conservação do ecossistema. Neste sentido, revelou-se que a experiência em campo permitiu perceber que, para além das dificuldades relacionadas ao acesso à informação e à tecnologia, digital e informacional, essas mulheres possuem conhecimentos ligados à conservação do território e à sustentabilidade de seus modos de vida.

A escuta dessas mulheres revelou não apenas as precárias condições de vida enfrentadas, mas também os meios de resistência e de conservação de saberes tradicionais, cuja valorização é essencial para a construção de estratégias inclusivas e sustentáveis. A relevância desta pesquisa reside também no fato de que ela dialoga com o campo da Ciência da Informação ao propor uma análise das relações entre informação, território e gênero.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui natureza qualitativa e exploratória, buscando analisar os impactos do letramento digital na vida de mulheres marisqueiras e pescadoras da Costa dos Corais, a partir de suas próprias vivências. Segundo Severino (2016), esse tipo de estudo visa mapear e descrever um objeto ainda pouco conhecido, delimitando seu campo de manifestação. Procedeu às análises por meio da perspectiva qualitativa conforme Laville e Dionne (1999), permitindo assim interpretar os significados atribuídos pelas participantes em seus contextos e práticas.

O trabalho de campo foi realizado entre no mês de Abril de 2025, nos municípios de Porto de Pedras e Barra de Santo Antônio, localizados na Rota Ecológica dos Milagres, em Alagoas. A escolha dessas localidades se deu pela familiaridade prévia com os mesmos e por

sua proximidade geográfica, além da presença feminina firme na pesca artesanal e na mariscagem.

Foram ouvidas aproximadamente 15 mulheres, por meio de observações diretas e escuta de relatos orais. As conversas foram registradas por anotações em diário de campo e por algumas gravações audiovisuais informais com o uso do celular. As participantes foram abordadas de forma espontânea, respeitando seus espaços, com atenção à ética e ao anonimato. Os registros foram analisados de maneira interpretativa, com atenção às recorrências temáticas e ao contexto de cada relato.

3 LETRAMENTO DIGITAL: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES SOCIAIS

A rápida expansão das tecnologias digitais têm redefinido profundamente as formas de comunicação, trabalho, educação e convivência social. Nesse cenário, analisar como as dinâmicas do letramento digital torna-se essencial para discorrer como diferentes grupos sociais acessam, interpretam e se apropriam das informações em ambientes digitais. Para Borges e Silva (2005), a inserção na chamada Sociedade da Informação está diretamente relacionada ao desenvolvimento de competências para o acesso e uso consciente da informação. A consolidação da internet nos meios de interação humana, a tornou mediadora e provocou transformações nas esferas social, econômica e cultural. Como destacam Gasque e Tescarolo (2010), a imersão nos fluxos digitais nas relações interpessoais trouxe novos ritmos e moldes da realidade, remodelando o tempo e os espaços da vida cotidiana.

Nesse contexto de mudanças estruturais, o letramento digital surge como uma competência essencial para a vida em sociedade. Boeres e Boeres (2018) salientam que, mais do que saber utilizar dos dispositivos tecnológicos, o letramento exige a autonomia para navegar, interpretar e produzir informações em diversos suportes. Isso inclui não apenas as competências técnicas necessárias, mas também cognitivas, sociais e comunicativas, que se tornam fundamentais frente à complexa linguagem digital que vive em constante mudança. Sendo assim, os sujeitos são convocados a viver em uma constante atualização e criticidade nos ambientes digitais.

A presença constante das tecnologias digitais no cotidiano amplia os espaços e os modos de leitura e escrita, demandando práticas letradas que se estendem além do contexto escolar. Os letramentos digitais constituem práticas sociais dinâmicas, que surgem

e se transformam conforme o avanço das novas tecnologias e as relações de sociabilidade. Nesse sentido, o aprendizado sobre os dispositivos tecnológicos passa a ser uma condição para o pleno exercício da cidadania, principalmente entre os grupos que vivem à margem do esquecimento pela sociedade, com destaque para a mulher como guardiã dos saberes e das práticas tradicionais.

Nesse cenário de crescente digitalização da vida cotidiana, é necessário analisar como as estruturas sociais se organizam a partir das tecnologias da informação. Segundo Castells (2003), a sociedade em rede é marcada por uma lógica informacional que transforma os modos de produção, comunicação e de organização social. Neste âmbito, a exclusão digital deixa de ser apenas uma questão técnica e torna-se a promotora da reprodução das desigualdades sociais. Boeres e Boeres (2018) trazem essa perspectiva ao afirmar que as tecnologias moldam as formas de estar no mundo. Ou seja, o acesso a elas, ou até mesmo sua ausência causa impacto significativo na capacidade de cada indivíduo. Ainda de acordo com a autora, pensar letramento digital exige ponderar os diversos contextos em que esses sujeitos estão inseridos, reconhecendo as diferenças culturais e hierarquias de poder presentes na sociedade.

Essa perspectiva se desdobra com a proposta de ecologia dos saberes, desenvolvida por Santos e Meneses (2014), que defende a valorização dos conhecimentos produzidos por grupos historicamente marginalizados, como o de mulheres rurais e povos indígenas. Para o autor, nenhum saber é completo em si mesmo: apenas o diálogo entre diferentes formas de conhecimento pode promover a inclusão digital e justiça cognitiva. Ainda para entender essa mediação é necessário compreender que o tradicionalismo e a sua resistência são cruciais para transformar o uso das tecnologias em função das necessidades humanas e visibilização destas comunidades.

Promover um diálogo e interação mais profunda com práticas e estratégias que aproximem o público da cultura digital é essencial. Como salienta Martin-Barbero (2001), as mediações culturais têm um papel essencial na forma como as tecnologias são apropriadas pelas pessoas. Desta forma, o letramento não pode ser compreendido como uma habilidade que todos devem ter como algo universal, mas como uma prática situada, moldada pelas condições econômicas, culturais, políticas e ambientais de cada território.

Para compreender essas mediações, é cabível que elas não se opunham às

tecnologias, mas as ressignificam com base na sobrevivência, afetos e necessidades, assim como Freire (1987), ao defender que o conhecimento não deve ser depositado sobre os sujeitos, mas construído com eles, a partir de suas realidades. Tal concepção dialoga com à vida digital, o letramento torna uma leitura crítica do mundo, e não apenas da palavra. Neste sentido, a posse das tecnologias por comunidades como das marisqueiras e pescadoras pode ser entendida como um ato político de afirmação de sua resistência e luta pela visibilidade na sociedade, garantindo assim seus direitos e deveres perante a constituição.

Com base nessas perspectivas, este trabalho encaminha para a compreensão de que o letramento digital não é algo sólido, mas um processo relacional e parte do contexto ao qual está inserido. No caso das mulheres marisqueiras e pescadoras da Costa dos Corais, entender o letramento é também entender suas formas de resistência, seus meios de acesso à informação e as barreiras existentes. A competência digital, quando analisada de forma situada, pode se tornar uma ferramenta de autonomia, produção de renda e transformação social.

4 MULHERES DA COSTAS DO CORAIS: PRÁTICAS, TERRITÓRIO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A atuação das mulheres marisqueiras e pescadoras vai além da conservação, ela expressa uma relação complexa e contínua com o território, com o tempo e com o conhecimento. Nos municípios de Porto de Pedras e Barra de Santo Antônio, o trabalho de extraírem mariscos, como maçunim, aratu, ostras e outros moluscos, exige esforço físico e conscientização ecológica. Esta dinâmica envolve o reconhecimento dos ciclos das marés, das fases da lua e das formas de conservação dos recursos hídricos. Ou seja, é um saber coletivo, que envolve tanto o corpo (esforço físico) quanto a mente (conhecimento do ambiente), carregando identidade e memória.

No entanto, a continuidade destas atividades artesanais tem sido ameaçada por diversos fatores. A poluição dos rios e manguezais, o descarte inadequado de resíduos sólidos, o avanço da especulação imobiliária sobre as zonas costeiras e o turismo predatório contribuem para o empobrecimento dos bancos de mariscos e a degradação de seus habitats. Para mulheres que dependem diretamente do ambiente para sua alimentação e

renda, essas mudanças não são apenas ecológicas: são sociais, econômicas e biológicas (Food and Agriculture Organization - FAO, 2023). Agravados pela ausência de políticas de proteção ao trabalho artesanal, muitas marisqueiras já apresentam problemas de saúde relacionados à exposição prolongada à água poluída, como infecções, dores crônicas e doenças dermatológicas (Silva, 2021). Ou seja, a crise ambiental é também uma crise de cuidado, de justiça social e de visibilidade do trabalho feminino.

A mariscagem, muitas vezes realizada com os pés submersos na lama, sob fortes condições climáticas, e sem equipamentos de proteção individual (EPIs), pode ser considerada umas das modalidades mais vulneráveis da produção da pesca artesanal. Apesar disto, ela sustenta comunidades inteiras, movimenta economias locais e garante o abastecimento de alimentos em feiras, mercados e restaurantes locais. A comercialização dos mariscos ocorre tanto de forma informal, por meio de barracas improvisadas nas portas das casas, ou por vendedores que percorrem as ruas, quanto de maneira formal, embora, muitas vezes, os preços impostos sejam irrisórios diante dos esforços envolvidos na coleta.

Diante desse cenário, é fundamental entender que os desafios vivenciados por essas mulheres não se limitam à exclusão digital ou à invisibilidade simbólica, mas também à precarização de seus territórios e negação de direitos ambientais, sociais e trabalhistas.

Reconhecer a centralidade da mariscagem na dinâmica das comunidades das Costas dos Corais é reconhecer que se deve construir políticas públicas que dialoguem com os saberes e práticas adaptadas para cada localidade, promovendo justiça e incluindo o acesso à informação verídica e à tecnologia como dimensões de cuidado, dignidade, potencializando o comércio local por meio da mediação da tecnologia e informação para que assim ocorra uma economia circular.

5 EIXOS ANALÍTICOS DOS IMPACTOS DO LETRAMENTO DIGITAL

Diante da escuta das mulheres marisqueiras e pescadoras da Costa dos corais, dos municípios de Porto de Pedras e Barra de Santo Antônio, foi possível analisar algumas implicações do letramento digital que afetam diferentes dimensões de suas vidas. Esses impactos não se limitam ao uso técnico de tecnologias, mas se enlaçam com aspectos estruturais e do cotidiano, como o trabalho, a religião, o meio ambiente, a economia e a organização social ao qual está inserida. O letramento, nesse contexto, revela-se mais como

uma tecnologia social, onde se coloca em uma espécie de balança os limites impostos pela desigualdade, assim como as possibilidades de resistência e transformação.

A partir das falas e experiências compartilhadas, a análise foi organizada em quatro eixos de análise: digital, social, econômico e cultural. Cada eixo oferece uma lente interpretativa para analisar como o acesso (ou a falta dele) às tecnologias da informação afeta essas mulheres, considerando fatores de prática tradicionais, condições materiais e o território. Os eixos que serão apresentados não são subdivisões que atuam de forma independente, mas parte de uma mesma construção social, informacional e política, na qual o letramento digital pode operar como ferramenta de ruptura.

5.1 Eixo digital

O primeiro e mais evidente eixo observado durante a escuta das mulheres refere-se à dimensão digital. O acesso à tecnologia e à internet, embora já esteja presente na vida da maioria dessas mulheres, ainda enfrenta uma barreira significativa, a dificuldade no manuseio dos dispositivos e no uso pleno de suas funcionalidades, que continua crescendo diante da complexidade das plataformas digitais. A baixa conectividade nos territórios, principalmente as que estão mais afastadas do centro da cidade, a dificuldade em compreender o funcionamento de aplicativos e plataformas governamentais e a ausência de ações educativas voltadas à inclusão digital inviabiliza a apropriação dessas habilidades por parte dessa comunidade.

Diante desse contexto de limitações técnicas e estruturais, torna-se essencial refletir sobre o que, de fato, significa estar letrado digitalmente, especialmente em realidades periféricas e vulneráveis. Segundo Boeres e Boeres (2018), o letramento digital não se resume à habilidade de utilizar dispositivos, mas envolve competências cognitivas, comunicacionais e sociais que possibilitam o uso consciente e significativo das tecnologias. No entanto, no contexto analisado, as mulheres demonstram que o acesso às tecnologias é marcado pela falta de experiência e medo em utilizar devidamente o dispositivo celular, algumas por não serem letradas e a acessibilidade para isto ser pouca, e até mesmo pela ausência de redes wi-fi, o que faz com que o uso de pacotes de dados representa um custo elevado.

No município de Barra de Santo Antônio, por exemplo, algumas marisqueiras

relataram que dependem de terceiros para acessar corretamente informações básicas sobre benefícios sociais, como o Bolsa Família, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou para realizar cadastros em programas governamentais. Já em Porto de Pedras, mesmo com uma realidade educacional e um PIB per capita superiores, a exclusão digital se manifesta de forma semelhante, pois a existência de infraestrutura não garante, por si só, a inclusão informacional. Esse cenário confirma a análise de Castells (2003), ao afirmar que a sociedade em rede amplia as desigualdades quando o acesso à informação não é universal nem equitativo. Ou seja, quando o acesso à informação confiável se torna um privilégio de poucos, os que vivem à margem permanecem ainda mais excluídos dos benefícios e oportunidades da era digital, ficando à mercê de olhares superficiais que desconsideram a complexidade da realidade dessas comunidades, que vai além das fronteiras das Costas dos Corais e do estado de Alagoas.

Diante da simples falta de acesso a equipamentos ou internet (carência técnica e estrutural), os relatos trazem à tona um aspecto crucial que constantemente é negligenciado da exclusão digital, o simbolismo. De acordo com Santos e Meneses (2014), o conceito de epistemicídio, que é a negação de saberes, não têm sua total manifestação através de contextos históricos, ou acadêmicos. Ele acomete também, quando as tecnologias são desenvolvidas sem ponderar as realidades e o modo de viver das pessoas. Entender que a oralidade foi o maior meio de comunicação passado de geração em geração por essas mulheres é crucial, em vista de que, hoje se deparam com plataformas digitais que exige de forma absoluta letramento específico, seja formal, informal ou institucional, seus próprios modos de expressão podem ser deslegitimador.

Contudo, é importante ressaltar que uma descolonização a respeito do letramento digital não significa a ausência do saber, baseadas em padrões tecnocêntricos, deixando de lado a riqueza da prática e a existência de outros letramentos que tem base na realidade e atenção voltada para os grupos sociais. Freire (1987), ressalta que todo o processo de aprendizagem deve partir da realidade do sujeito, e não lhe impor um modelo único de conhecimento. Ou seja, a falta de familiaridade com essas interfaces complexas não é deve ser visto como uma deficiência, mas algo a ser desenvolvido, e reconhecer meios criativos já utilizados, como: gravar vídeos para divulgar os mariscos e usar a rede social whatsapp para isto, mesmo que precisem de ajuda para isto. A inovação é baseada na necessidade e inteligência coletiva, visando a resistência e sobrevivência.

Nesse sentido, o eixo digital não é apenas um problema técnico a ser resolvido, mas uma espécie de campo de disputa por direitos essenciais, cidadania, reconhecimento e justiça informacional. O fortalecimento das políticas públicas de inclusão digital precisa estar aliado a processos formativos culturalmente situados, que podem contribuir para a autonomia dessas mulheres.

5.2 Eixo social

O eixo social articula como as relações interpessoais e comunitárias são profundamente moldadas e, por sua vez, moldam suas condições de vida e a ausência de apoio governamental. Esses vínculos vão muito além de um simples convívio entre vizinhos, família e a comunidade em geral. Eles são o pilar central que sustenta a reprodução do trabalho dessas mulheres, mas também no ato de cuidar, na transmissão de saberes e na resistência frente às dificuldades do cotidiano.

A força da cooperação feminina é a forma como as marisqueiras organizam o trabalho e o apoio mútuo é um exemplo da economia solidária, resiliência e empoderamento coletivo. A sobrecarga deste trabalho coletivo e invisível está sobretudo voltada ao gênero. Mesmo com a contribuição significativa para a renda familiar, essas mulheres, em grande parte, são as únicas responsáveis pelas tarefas de cuidado, que são exaustivas e pouco valorizadas. Isso encurta seu tempo e limita sua saúde e bem-estar. Ser um pilar social em suas comunidades é reconhecer sua importância e ter voz necessária nas tomadas de decisões. No entanto, significa que a comunidade depende delas de diversas maneiras, o que pode aumentar a sobrecarga quando não há apoio externo, ou nas divisões de responsabilidades.

Entretanto, apesar dessa centralidade social, elas estão amplamente excluídas das instâncias de participação política e da formulação de políticas públicas eficazes. Isso ocorre, pois muitas vezes elas não têm acesso aos canais de como e onde participar, assim como na descrença nas estruturas institucionais, mesmo que algumas tenham algum nível de participação a falta de retorno gera a desilusão, e a lógica patriarcal, que ainda perdura a soberania da voz do homem sobre a mulher. Essa negação simbólica se dá quando seus conhecimentos não podem ser valorizados ou reconhecidos nos espaços formais da decisão.

Além disso, o reconhecimento institucional enquanto trabalhadoras artesanais é

frequentemente negligenciado. No município de Barra de Santo Antônio, por exemplo, muitas relataram que não conseguem a obtenção da carteira de pescadora, documento essencial para o reconhecimento de seu trabalho e acesso a políticas públicas, auxílios e programas de proteção social.

Nesse contexto, o letramento poderia ser uma ponte crucial para o fortalecimento dessas mulheres como protagonistas de suas histórias. A ausência de políticas públicas que garantem o acesso à informação de forma acessível e contextualizada, somada à baixa escolarização formal em diversos casos, cria um cenário que reforça o ciclo de invisibilidade. A urgência de uma intervenção é de extrema importância para o presente dessas mulheres e suas futuras gerações.

A escuta dessas mulheres em campo revelou que muitas delas compreendem a importância de ir atrás de seus direitos e deveres, e enquanto comunidade, se organizarem, mas não sabem como começar. Assim, o eixo social nos mostra que o fortalecimento das relações comunitárias e a valorização das lideranças femininas locais são fundamentais para que o letramento digital se traduza em inclusão efetiva. Transcendendo a noção simplista de “ensinar a mexer no celular” e elevar a discussão para a necessidade fundamental de reconhecer essas mulheres como mediadores vitais, do seu território, cultura e memória.

5.3 Eixo econômico

O eixo econômico evidencia as profundas desigualdades e a desvalorização do trabalho informal que as caracterizam. Embora a mariscagem seja uma atividade econômica central para a subsistência dessas famílias e para as dinâmicas dos mercados locais, seja tão desvalorizada e ignorada pelo Estado. Isso demonstra um déficit estrutural em reconhecer e proteger os trabalhadores que estão na base da cadeia produtiva. A falta de regularização e garantia de renda mínima não é um mero detalhe; é o cerne da precarização. Ela priva da segurança financeira, direitos trabalhistas e acesso a benefícios.

O impacto das assimetrias de poder é um dos fatores que mexe com a questão econômica, tendo como as negociações diretas seu alicerce. Embora possam parecer mais “livres”, frequentemente colocam o elo mais fraco da cadeia em uma posição desfavorável. Isso impulsiona a preços injustos e à exploração, impossibilitando a acumulação de qualquer capital ou a melhoria de condições de vida.

A informalidade é uma consequência concreta desta realidade, destacando assim um

ponto crucial: a ausência de reconhecimento formal, como a carteira de pescadora profissional artesanal. Partindo do entendimento que, essa informalidade não é apenas uma questão burocrática, mas uma barreira econômica direta. A exemplo disso temos o município de Barra de Santo Antônio, onde muitas precisam buscar formalização em cidades vizinhas, como relatado pelas marisqueiras. Sem a carteira elas podem perder o acesso a seguro-defeso, uma renda vital durante o período de proibição da coleta, e políticas públicas de fomento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que poderiam não só garantir um mercado para seus produtos, mas também um oferecimento de créditos e apoios para melhores condições de trabalho.

A autogestão, o cooperativismo e as práticas associativas, quando ligadas a um campo estratégico que envolve o acesso a formação técnica, informação e inclusão digital, podem ser a virada de chave para reverter esse cenário. Como Araújo e Fahd (2023) destacam, práticas ligadas à agricultura familiar e à economia solidária oferecem caminhos alternativos. Essa combinação poderia ampliar seus meios de venda, conquistando melhores preços para seus produtos e mão de obra e, fundamentalmente, fortalecer a soberania econômica de suas respectivas comunidades.

Portanto, é necessário repensar a economia local sob a ótica da justiça social e territorial. Isso implica ir muito além da visão limitada de classificá-las como apenas “trabalhadoras informais”, mas reconhecê-las como agentes econômicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável das regiões costeiras. Sobretudo, interconexões das soluções se dão através da valorização do trabalho, promoção da formalização e ampliar os mecanismos de comercialização digital.

5.4 Eixo cultural

O eixo cultural adentra a vida das mulheres marisqueiras e pescadoras de uma forma que vai além de sua subsistência; são as expressões vivas de um saber ancestral e multifacetado. É entender que, essa prática artesanal não é apenas uma técnica, mas um conhecimento incorporado. É a sabedoria que não está nos livros, mas nas mãos que trabalham, nos olhos que leem as marés, um saber transmitido oralmente de geração para geração. Essa forma de aprendizado é a pedagogia do corpo e da escuta ativa, como nos lembra Freire (1987), em que o saber se constrói na prática e no vínculo com o território.

Nesse sentido, essa conexão com o território não é apenas geográfica, é epistemológica.

Apesar de toda essa riqueza cultural e ancestral, muito de sua sabedoria é desconsiderada por um viés de determinismo biológico e geográfico. A influência de crenças históricas e preconceitos que as rotulam e limitam. Entendendo que a ideia de que as populações pesqueiras, e em especial as mulheres teriam uma “vocação natural” para trabalhos físicos pesados e o ato de cuidar do lar. Essa afirmação contribui para a negação da capacidade intelectual, política e criativa. Como nos alerta Laraia (1986), é um erro atribuir à herança genética ou ambiente natural as explicações para o comportamento social, pois tais justificativas são simplificadoras e servem para ocultar verdadeiras estruturas de dominação. Ao invés de reconhecer o papel da cultura na formação dos ser humano, essa visão determinista legitima a exclusão e a desvalorização.

Além disso, essas mulheres mantêm viva uma dimensão espiritual, com devoções a santos como: São Pedro e Nossa Senhora dos Navegantes, e Iemanjá, mesclando o catolicismo popular com elementos das religiões afro-brasileiras. Tais expressões de cultura religiosa não são dissociadas de sua vida cotidiana, tendo um papel ativo funcional e estratégico. Ou seja, em momentos de dificuldade, a fé se torna uma estratégia de resistência, fornecendo consolo. Neste sentido, a religiosidade não é alienação, mas parte do que Santos (1996), chamaria de “saberes do lugar”, que são formas complexas de interpretação do mundo que nascem da experiência coletiva no território. Ou seja, vai além do conhecimento técnico ou econômico, e para a construção da identidade e do modo de vida dessas comunidades.

Contudo, há uma lacuna crucial em relação a esses modos de vida, a desconexão entre os projetos de inclusão digital e cultural para os parâmetros da vida real. A consequência é um abismo que acomete a linguagem institucional, os formatos engessados e os conteúdos desconectados da realidade local dificultam o acesso dessas mulheres a meios de expressão e preservação de seus saberes. Ao ignorar suas crenças e narrativas, as tecnologias e os projetos de inclusão que as acompanham acabam por ratificar um único modelo de letramento, mostrando que só existe apenas uma forma “correta” de interagir com o digital. O resultado disso é a perpetuação das invisibilidades de saberes.

Partindo desse princípio do universo digital estruturado a partir de modelos urbanos, Laraia (1986), define como etnocentrismo tecnológico, quando se julga outra cultura com base nos próprios valores, desqualificando aquilo que não se encaixa nas lógicas

hegemônicas. Para o autor é preciso exercer o relativismo cultural, reconhecendo que não existe uma única forma correta de se comunicar, trabalhar e entre outros.

Neste sentido, o letramento digital quando adaptado para realidades locais é mediador nas escutas e diálogos colaborativos. Quando bem utilizada, a tecnologia atua como um recurso valioso para salvaguardar a memória, amplificar a voz de suas tradições e gerar sentidos renovados para o digital no contexto da cultura popular. Promover essa comunicação entre o saber tradicional e as novas ferramentas digitais faz com que se dissolvam hierarquias culturais, ecoando assim, a voz da população que está acometida pela invisibilidade social.

6 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, buscamos analisar como o letramento digital impacta a vida das mulheres marisqueiras e pescadoras de Porto de Pedras e Barra de Santo Antônio, em Alagoas. Através da escuta atenta e de observações diretas, percebemos que suas experiências diárias são um intrincado emaranhado de dimensões digitais, sociais, econômicas e culturais. Essa complexidade revela não só suas práticas e resistências, mas também as inúmeras formas de exclusão que enfrentam.

A metodologia qualitativa adotada possibilitou a interpretação dos sentidos atribuídos por essas mulheres às suas vivências, sublinhando a urgência de políticas públicas contextualizadas que contemplem suas realidades territoriais, suas formas de organização e seus saberes tradicionais. Para estudos futuros, sugere-se a complementação metodológica por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas com consentimento, bem como a triangulação com dados secundários (registros de associações, entidades da pesca), visando aprofundar a análise e conferir maior densidade à pesquisa.

Ao longo dos eixos analíticos, verificou-se que o letramento digital, compreendido como prática situada e relacional, possui o potencial de promover autonomia, visibilidade e transformação social. Contudo, quando imposto sob modelos tecnocêntricos e descolados da realidade local, tende a exacerbar desigualdades, perpetuando a invisibilidade dos saberes locais. A ausência de acesso à informação digital, à infraestrutura básica e ao reconhecimento institucional impede a inserção equitativa dessas mulheres em processos decisórios, no acesso a benefícios estatais e nas dinâmicas econômicas contemporâneas.

Destarte, espera-se que as discussões acerca da relação entre letramento digital e populações tradicionais, como as mulheres marisqueiras e pescadoras da Costa dos Corais, sejam ampliadas não apenas no campo da Ciência da Informação, mas também em áreas interdisciplinares que priorizem a inclusão digital, a justiça territorial e a valorização dos saberes locais. A expansão deste objeto de estudo pode contemplar outros grupos sociais periféricos, situados em territórios de vulnerabilidade ambiental e informacional, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais sensíveis e eficazes às realidades dos territórios tradicionais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. L.; FAHD, P. G. Agricultura familiar e os programas de políticas públicas contribuindo para o desenvolvimento local e regional através da economia solidária. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 75-93, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/219564> Acesso em: 16 jul. 2025.

BOERES, S. A. A.; BOERES, S. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/401777>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

BATISTA, L. P. P.; MATOS, F. O. Conservação dos recursos pesqueiros da Costa Atlântica Brasileira através da ótica do conhecimento ecológico local: uma revisão sistemática (2011–2021). **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 10, n. 10, e322101018952, 2021. Disponível em: [10.33448/rsd-v10i10.18952](https://doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18952). Acesso em: 19 jul. 2025.

BORGES, J.; SILVA, H. P. **Informação e Mudança**: estudo da efetividade dos programas de inclusão digital em Salvador-Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2005. p. 1-15.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimento - PAA**. Brasília, DF, 1 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabril/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CASTELLS, M.. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The status of women in agrifood systems**. Rome. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc5343en>. Acesso em: 10 de jul. 2025

GASQUE, K. C. G. D.; TESCAROLO, R. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 41-56, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/J6TnBv6q3Bx3qHwY8TymVmh/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, I. B. et al. Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [s.l.], v. 46, e5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000028719>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SISTEMA DE REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA. **Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira**. [s. l.]: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/abril/ministra-cida-goncalves-debatera-impactos-da-mineracao-na-vida-das-pescadoras-e-marisqueiras-em-maceio>. Acesso em: 19 jul. 2025.